

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

**MULTILATERALISMO, MULTICULTURALISMO E COOPERAÇÃO SUL-SUL NO GOVERNO LULA: DIVERSIDADE CULTURAL E ANTI-HEGEMONIA<sup>1</sup>**

Dhiego de Moura Mapa<sup>2</sup>

**RESUMO:**

O presente trabalho trata da cultura enquanto mecanismo diplomático na esfera de ação multilateral e institucional brasileira, ao longo do governo Lula. A vocação universalista da política externa brasileira se manifestou na última década por meio do esforço de estabelecimento da cooperação Sul-Sul. Aliada a uma inserção institucionalista, a ação diplomática se deu no sentido de criar coalizões ao Sul a fim de tornar as normas e regimes internacionais favoráveis aos interesses brasileiros. Nesse processo, o objetivo da pesquisa apresentada é demonstrar como que esse esforço diplomático foi acompanhado por iniciativas culturais conjugadas aos fins de política externa. Para tanto, buscou-se estabelecer a ligação entre as diretrizes de política externa, conforme presente nos discursos diplomáticos, e as ações culturais, materializadas em iniciativas, acordos e ações culturais divulgadas. A análise efetuada permite perceber que é palpável a preocupação diplomática com a cultura enquanto instrumento de fortalecimento laços de cooperação que permitem maior conhecimento mútuo e vínculos intersocietários. Além disso, percebe-se a presença de um discurso multiculturalista, que objetiva estabelecer a diversidade como norma no sistema internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Externa Brasileira. Diplomacia Cultural. Instituições e Regimes Internacionais. Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

**ABSTRACT:**

This work deals the culture as a diplomatic mechanism in the sphere of multilateral and institutional action of Brazil, along the Lula government. The universalist vocation of Brazilian foreign policy was manifested in the last decade through the effort of establishing South-South cooperation. Coupled with an institutional placement, the diplomatic action was in the sense of creating coalitions in the South in order to make international regimes and norms favorable to Brazilian interests. In this process, the objective of the research presented is to demonstrate how this diplomatic effort was accompanied by cultural initiatives combined for the purpose of foreign policy. To this end, we sought to establish the link between foreign policy guidelines, as present in

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT4: Relações Internacionais. "A primeira década novo milênio" do III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar – Florianópolis, 9,10 e 11 de maio de 2011.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ), bolsista da CAPES, bacharel e licenciado em História pela UERJ (2009).

diplomatic discourse, and cultural activities, embodied in initiatives, agreements, actions and cultural disclosed. The analysis performed allows one to realize that it is a palpable concern with culture as a diplomatic instrument for strengthening ties of cooperation that allow for greater mutual understanding and inter-societal ties. Moreover, we notice the presence of a multiculturalist discourse, which aims to establish diversity as a norm in the international system.

**KEY WORDS:** Brazilian Foreign Policy. Cultural Diplomacy. International institutions and regimes. Government Luiz Inacio Lula da Silva.

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da diplomacia do governo Cardoso foi a estratégia de inserção internacional pela adesão a normas e regimes internacionais. Sob este aspecto, e aliado às reformas econômicas internas, sua política externa foi, por vezes, caracterizada como neoliberal, antes que institucionalista pragmática como propõem alguns analistas. Em contraste, a diplomacia de Lula é apontada como que de rompimento com a da gestão anterior, já que é propositiva, no sentido de objetivar um ordenamento global menos assimétrico, dando certa ênfase às relações Sul-Sul.

É importante atentar, contudo, que a política externa de Lula não rompe com as normas ou regimes, mas atua no sentido de torná-los benéficos ao desenvolvimento nacional e ao arrefecimento da assimetria gerada pela globalização. Essa atuação institucionalista, que privilegia os foros multilaterais de discussão, utiliza a estratégia de criar coalizões ao Sul para fortalecer posicionamentos conjuntos. Esse aspecto indica uma característica daquilo que Redley Bull chama de sociedade internacional, a saber: “grupo de estados conscientes de valores e interesses, ligados por regras e instituições comuns” (BULL, 2002, p. 19), sendo essas instituições (“equilíbrio de poder, mecanismos diplomáticos, o sistema administrativo das grandes potências, a guerra”) os criadores de normas que contribuem para a manutenção da ordem internacional (BULL, 2002, p. 88).

Os mecanismos diplomáticos são os responsáveis pela comunicação, negociação, informação e minimização das fricções diplomáticas. Pode-se afirmar que um mecanismo diplomático privilegiado para a geração de integração entre os estados é a diplomacia cultural. A diplomacia cultural é, grosso modo, a utilização do

patrimônio e das ações culturais como ferramenta para a consecução de objetivos de política externa, em meio ao movimento de intercâmbio cultural estabelecido entre os países e grupos sociais. A forma de implementação e condução da diplomacia cultural varia em conformidade com as metas de política externa traçadas por determinado governo. Para melhor compreender essa relação, no que tange à ação diplomática com pretensões de mudanças no sistema internacional, analisaremos a relação entre cultura e política internacional no governo Lula, cuja proposição se deu no sentido de estabelecer o multiculturalismo como elemento relevante do sistema internacional, dentro do arco de cooperação Sul-Sul.

## **2. MULTIPOLARIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL**

A política externa do governo Lula buscou apresentar-se, desde 2003, como agente de um novo dinamismo agregado à diplomacia brasileira, dado pelo rompimento com a crença da existência de um mercado internacional auto-regulador e justo, cuja dinâmica proporcionaria ganhos àqueles que se abrissem ao seu movimento. A este respeito, Valter Pomar, secretário de Relações Internacionais do PT, não esconde que “o governo Lula nasceu da oposição ao neoliberalismo”, no qual a política externa esteve “desde o início sob hegemonia de concepções fortemente críticas ao neoliberalismo e a hegemonia dos Estados Unidos”. Tal posicionamento teria sido favorecido pela “existência, no Itamaraty, de uma corrente nacionalista, desenvolvimentista e pró-integração regional”, capitaneada por Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães. Tendo se desenvolvido, por um lado, em um momento de crise do “ideário neoliberal” e da “hegemonia estado-unidense”, e por outro lado, em um ambiente de transição na configuração da ordem no sistema internacional, “a atual política externa do Brasil corresponde aos interesses estratégicos de uma ‘potência periférica’” (POMAR, 2010).

O próprio ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, sempre procurou enfatizar que a política externa teria por metas o combate às assimetrias internacionais e o auxílio ao desenvolvimento nacional. No discurso de posse ao cargo ministerial isso já ficara evidente, pois Amorim afirmou: “o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos

e a democratização efetiva do sistema internacional”<sup>3</sup>. Ademais, deve-se perceber a importância atribuída pelo ministro Amorim ao fortalecimento e ampliação da cooperação Sul-Sul, já que a peculiaridade da política externa do governo Lula residia em sua “vocação para o diálogo com atores de todos os quadrantes e níveis de desenvolvimento” (AMORIM, 2004).

A defesa do fortalecimento do multilateralismo foi a linha de a o estratégica utilizada pela diplomacia brasileira em seu esforço de combate às assimetrias existentes no sistema internacional. Essa linha de a o parece ser inspirada nas proposi es do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (que atuou como secretário-geral das Rela es Exteriores durante um período do governo Lula), em seu ensaio “Quinhentos Anos de Periferia”, escrito em 1998. Nesta obra, Guimarães defende a idéia de que o mundo estaria organizado pela lógica das estruturas hegemônicas, segundo a qual os países centrais (capitalistas desenvolvidos) estabelecem as regras do jogo imposto aos países periféricos (menos desenvolvidos), no sentido de manter as formas de influência hegemônica (GUIMARÃES, 1999, p. 25-39). No contexto do pós-Guerra Fria, os EUA, na condi o de superpotência no centro das estruturas hegemônicas, manteria uma frente de atua o política, militar, econ mica e ideológica, em especial na América Latina e no Brasil, a fim de ampliar e aprofundar sua capacidade de influência internacional, no intuito de elevar ainda mais seu poder econ mico e político, de forma altamente assimétrica (GUIMARÃES, 1999, p. 73-102).

Enquanto as estruturas hegemônicas procuram sua própria “preserva o e a expansão”, os grandes Estados periféricos – dentre os quais, o Brasil – teriam por objetivo “participar dessas estruturas hegemônicas – de forma soberana ou não subordinada – ou promover a redu o de seu grau de vulnerabilidade diante dessas estruturas” (GUIMARÃES, 1999, p. 135), devendo, para isso, unir forças com seus pares, em acordos estratégicos, a fim de combater a condi o de periféricos e impotentes. O pensamento de Guimarães traduz a percep o de que o cenário internacional mais benéfico aos interesses brasileiros seria o do mundo multipolar (institucionalizado por uma reforma no Conselho de Segurança da ONU), cujos

---

<sup>3</sup> Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Rela es Exteriores. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos). Acessado em: 19 maio 2009

pólos de poder seriam centrados na Europa (sob o eixo França-Alemanha), na Ásia (eixo Japão-China) e na América do Sul (Brasil e Argentina como eixo sulamericano). Percebe-se, nisso, forte posicionamento anti-hegemônico, que tem, de certa forma, influenciado a diplomacia brasileira atual, que ruma em direção à África, Oriente Médio e Ásia, sem tirar os olhos dos EUA e da Europa, e tem procurado fortalecer o bloco regional de sua preponderância. Trata-se do combate às estruturas hegemônicas pelo multilateralismo, cuja concretude se dá por iniciativas que visam institucionalizar a cooperação e coordenação política internacional Sul-Sul, a exemplo da Unasul (União de Nações Sulamericanas) e dos Fóruns IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), ASPA (América do Sul Países Árabes) e ASA (América do Sul-África).

A busca por uma ordem internacional mais favorável aos anseios nacionais, por via institucional multilateral, tem sido notória na política externa brasileira desde o fim da Guerra Fria, momento em que as polaridades ficaram indefinidas (findava o clássico conflito Leste-Oeste). Conforme Goffredo Junior (2005, p. 99), na medida em que “o cenário internacional de polaridades indefinidas abria espaço para a formulação de consensos axiológicos pela crença no universalismo e na possível convergência dos interesses da sociedade internacional” (visto que os embates ideológicos findaram junto com a Guerra Fria), é que “no início da década de 1990, o Brasil investiu pesado capital diplomático na tentativa de influenciar efetivamente na reformulação da ordem internacional” (GOFFREDO JUNIOR, 2005, p. 99), a partir de uma perspectiva racionalista grotiana (ou institucionalista).

A perspectiva racionalista “se caracteriza pela importância do respeito às normas como um fator determinante na socialização dos Estados” (GOFFREDO JUNIOR, 2005, p. 27). Ao se traçar um mapa cognitivo de corte racionalista, têm-se que, no sistema internacional, os atores seriam os estados e as organizações internacionais (sendo que, estas últimas, determinariam a situação do sistema), cujo foco seria a cooperação (ao invés do conflito e/ou relações de poder), visando sempre uma noção de ordem baseada nas relações de cooperação (em detrimento da anarquia e equilíbrio de poder) orquestrada pelo tratamento nos foros internacionais (GOFFREDO JUNIOR, 2005, p. 30). Os embaixadores e/ou ministros de Estado Celso Lafer, Gelson Fonseca Jr. e Celso Amorim seriam exemplos de

gestão diplomática de inspiração racionalista (GOFFREDO JUNIOR, 2005, p. 98). É nesse sentido que o governo Cardoso, que vigorou ao longo dos anos 90, procurou efetuar a inserção internacional do Brasil pela adesão a normas e regimes, enquanto que a política externa de Lula, sem abandonar a ação multilateral e institucional, busca a chamada “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), onde o arco de alianças políticas se estende mais ao Sul a fim de lograr mudanças nas normas internacionais que sejam congruentes aos interesses brasileiros. No caso do governo Lula, essa ação visa combater as estruturas hegemônicas (ao invés de se adequar às mesmas) e conferir uma diretriz multipolar ao sistema internacional.

É exatamente o combate às estruturas hegemônicas que têm fundamentado a promoção da diversidade cultural em relações internacionais, pois, de acordo com o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, a cultura seria um canal de “intervenção no modelo de globalização vigente”, haja vista que a “maior parte das trocas culturais entre as diferentes regiões ‘periféricas’ do globo é controlada pelo centro do sistema, concentrado no eixo Estados-Unidos-Europa-Japão”; nesse cenário, segundo o ex-ministro Gil, o Brasil “deve se orientar pelo exercício da pluralidade, contra a imposição de uma cultura única”, atuando “na defesa e promoção tanto da diversidade cultural brasileira, no interior e exterior, quanto do acesso a outras culturas e a trocas” (GIL, 2007, p. 52), dados em duas vertentes: tanto na relação com os países vizinhos da região sulamericana (o que se incorpora ao esforço de integração regional), quanto no intercâmbio com os países africanos integrados à CPLP, que possuem laço histórico, linguístico e cultural com a sociedade brasileira.

Ao tratar da dimensão interna e externa da política cultural do governo Lula, Gilberto Gil, enquanto ministro, sempre procurou transparecer que, enquanto no primeiro nível a idéia de democratização da cultura é um vetor fundamental que articula todo o desenvolvimento do setor, no nível externo o conceito-chave que funciona como eixo de articulação das ações culturais brasileiras é o de diversidade cultural, que é o elemento central daquilo que denominou de “agenda da cultura” em relações internacionais. A “agenda da cultura” seria pautada pelo combate a qualquer tipo de dominação hegemônica da economia da cultura e, também, pela

defesa da diversidade cultural para o desenvolvimento da democracia e promoção da paz mundial, ou seja, a cultura enquanto direito dos povos<sup>4</sup>.

O posicionamento esboçado por Gilberto Gil, na condição de ministro da Cultura, é envolto tanto pelas discussões a respeito da reforma do Conselho de Segurança da ONU, quanto pela crítica à repercussão gerada pelo unilateralismo praticado pelo governo norte-americano, na invasão ao Iraque nesse início de século, em nome do combate ao terrorismo, que abarca, em si, um forte viés cultural. Por esse motivo, defende o multilateralismo e a diversidade cultural, pois, “a concepção multilateral combina com a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais”. É a partir dessa dimensão conceitual, e da respectiva diretriz político-diplomática, que se encaminham as relações culturais externas brasileiras no que respeita à estratégia de cooperação Sul-Sul.

### **3. CULTURA E COOPERAÇÃO SUL-SUL NO GOVERNO LULA**

O objetivo de estabelecer a cooperação Sul-Sul e de realizar alianças estratégicas com nações emergentes são as linhas mestras traçadas pela política externa do governo Lula (AMORIM, 2004). Dentro deste projeto de inserção internacional, as relações do Brasil com países e regiões que integram a esfera geopolítica situada ao Sul do globo adquiriram elevada importância diplomática. Nesse âmbito, é notório o fato de que as relações culturais se encaminharam dentro do arco estabelecido pelos objetivos mais amplos da política externa em tela<sup>5</sup>. Partindo dessa premissa, é possível compreender iniciativas culturais situadas na esfera de relações do Brasil com atores como Índia, China, países árabes (que integram a ASPA) e africanos (partícipes da CPLP e África do Sul, principalmente), conforme esboçaremos minimamente a seguir.

---

<sup>4</sup> Cf. Discurso do Ministro Gilberto Gil sobre a promoção da Economia Criativa pelo governo brasileiro. 14/04/2005. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/foruns\\_de\\_cultura/economia\\_da\\_cultura/industrias\\_criativas](http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/economia_da_cultura/industrias_criativas). Acessado em: 19 maio 2009.

<sup>5</sup> É importante salientar, nesse ponto específico, que os setores burocráticos do MRE encaminham a cultura como um instrumento a serviço da política externa. Essa constatação é visível na percepção de Telles Ribeiro – que chefiou o Departamento Cultural do Itamaraty durante a gestão de Lula (presidência) e Amorim (MRE) –, para quem a diplomacia cultural pode ser definida como sendo “a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (RIBEIRO, 1989, p. 23), à semelhança do que fazem as chancelarias de potências como EUA, França, Inglaterra e Alemanha, cujo exemplo o Brasil deve seguir, através de maiores financiamentos à política cultural externa.

### 3.1 AS RELAÇÕES COM A ÁSIA: ÍNDIA E CHINA

A estratégia de inserção internacional adotada pelos formuladores de política externa, no governo Lula, se deu a partir de uma percepção específica do sistema internacional: instável e que abre brechas ao esforço de estabelecimento da multipolaridade. Essa postura configuraria um plano de ação no qual o aprofundamento da cooperação Sul-Sul e do multilateralismo seriam redimensionados. Exemplo notório é a análise do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, enquanto ocupante do cargo de secretário-geral das Relações Exteriores: o sistema internacional, desde o colapso do socialismo real, passa por um processo de transformação profunda; esse cenário de mudança, a princípio apontava para a unipolaridade com hegemonia dos EUA, contudo, a tendência apresentada no início do século XXI é de afirmação de um sistema multipolar, com algumas potências (Japão, União Européia, China, Rússia) e uma hiperpotência (EUA) no centro do sistema, e as demais nações na periferia, em condição de vulnerabilidade (GUIMARÃES, 2005, p. 259-267). O papel do Brasil, nesse cenário, seria de, a um só tempo, aproximar-se dos novos pólos de poder e reforçar a aliança com a Argentina, a fim de consolidar proeminente projeção internacional.

A ação diplomática nacional, portanto, deveria se orientar para reforçar a tendência à multipolaridade, com ascendência brasileira no sistema internacional, através do estabelecimento de parcerias estratégicas. Nesse aspecto, conforme Guimarães: “Em relação à **Ásia**, o Brasil se fez presente pela aproximação com a Índia e com a China, refletida na expansão do comércio e dos programas de cooperação científica” (GUIMARÃES, 2005, p. 447). No movimento de aproximação diplomática estabelecido, os laços culturais não se fizeram esmorecer, pelo contrário, foram enfatizados tanto ao nível do discurso, quanto em algumas iniciativas importantes.

No caso das relações com a Índia, há de se destacar o Programa Cultural Brasil-Índia 2006-2007, que preconizava a realização de Semanas Culturais do Brasil na Índia e vice-versa, ao longo do ano de 2007, a fim de, conforme memorando de setembro de 2006: “apresentar a diversidade da herança cultural dos dois países, por intermédio de espetáculos de dança, música, mostras de pintura,



artesanato, filmes e antigüidades [...] além de seminários e debates sobre temas relevantes da agenda de política cultural”<sup>6</sup>. A forma como tramitou o intercâmbio cultural no biênio 2006-2007 relaciona-se a uma continuidade e atualização periódica do Acordo de Cooperação Cultural entre Brasil e Índia, de 1968, cujos detalhes encontram-se no respectivo Programa Executivo Cultural<sup>7</sup>. É importante salientar que desde 2003 havia sido criado um Grupo de Trabalho na Comissão Mista Brasil-Índia para a discussão das áreas de cooperação em cultura e educação<sup>8</sup>.

Em novembro de 2008 ocorreu o Festival de Cultura Brasileira na Índia, com exposição fotográfica, de capoeira, música, gastronomia e sobre preservação de patrimônio (organizada pelo IPHAN)<sup>9</sup>. Ainda em abril do mesmo ano, foi discutido um acordo de Co-Produção Audiovisual entre os dois países, concomitante às reuniões preparatórias para as Semanas Culturais, na qual se discutiu a possibilidade de realização de um Foco Índia no Festival do Rio de 2008<sup>10</sup>. Portanto, festivais e semanas culturais, com eventos e mostras diversificados foram uma constante nas relações entre Brasil e Índia ao longo do governo Lula.

A importância diplomática de tais eventos não deixou de ser observada em discurso presidencial, por ocasião de uma das visitas do ministro indiano ao Brasil, já que afirmou: “Estamos trabalhando com afinco para provar que nossa diversidade cultural não é algo que nos distancia, pelo contrário, é um trunfo e uma riqueza que nos une e que nos faz sentir parte de um mesmo projeto”, salientando a necessidade da diplomacia brasileira olhar “para o Planeta Terra como um todo” a

---

<sup>6</sup> Cf.: MRE/DAI (Divisão de Atos Internacionais): MEMORANDUM DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ÍNDIA COM VISTAS À IMPLEMENTAÇÃO DAS "SEMANAS DE CULTURA BRASILEIRA NA ÍNDIA" E DAS "SEMANAS DE CULTURA INDIANA NO BRASIL".

<sup>7</sup> Programa Executivo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para os anos 2006-2007. Disponível em: [http://www.fiscolex.com.br/doc\\_735976\\_BRASIL\\_INDIA.aspx](http://www.fiscolex.com.br/doc_735976_BRASIL_INDIA.aspx). Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>8</sup> Comunicado Conjunto Brasil-Índia. Nova Delhi, 21 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/10/21/comunicado-conjunto-brasil-india-nova-delhi-21-de/?searchterm=cultura%20%C3%8Dndia%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>9</sup> Nota nº 572 de outubro de 2008 (MRE): Festival de Cultura Brasileira na Índia. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/10/15/festival-de-cultura-brasileira-na-india/?searchterm=cultura%20%C3%8Dndia%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>10</sup> Assessor Internacional da ANCINE participa de encontro na Índia. Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=6077&sid=83>. Acesso em: 07 fev. 2011.

fim de descobrir “em cada país, em função da sua potencialidade” a maior possibilidade possível “de acordos, que pudermos estabelecer de trocas, que pudermos estabelecer de parcerias entre as nossas empresas, entre os nossos governos, entre os nossos artistas”<sup>11</sup>.

Importante ação cultural tem se efetuado através do Leitorado Brasileiro em Nova Delhi, conforme relato do Professor Carlos Gohn, um dos leitores brasileiros no período 2003-5. Segundo Gohn, a “abertura da política externa brasileira para o chamado diálogo sul-sul”, com destaque para a criação do IBAS e o “direcionamento para parcerias com a China tiveram, na seqüência, a criação de postos de leitorado brasileiro em universidades de alguns dos países envolvidos”, motivo pelo qual “a busca por maiores relações bilaterais certamente levou à criação do leitorado na universidade de prestígio da capital indiana” (GOHN, 2006). A tradução de poemas de grandes autores brasileiros, o oferecimento de disciplinas que versassem sobre o Brasil no meio acadêmico indiano, a realização de um festival de filmes brasileiros em 2005 e a realização de exposição artística fazem parte da alçada do leitorado.

Algo semelhante ocorre na China, onde o processo de divulgação da língua e cultura brasileira tem se consolidado desde 2004, quando foi inaugurado o Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Pequim. Não obstante, a região de Macau é um espaço privilegiado para as relações culturais entre Brasil e China, tendo em vista a herança comum portuguesa, tanto que, em 2004 mesmo, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, realizou palestra na Universidade de Macau sobre o potencial da cooperação entre o Brasil e a RAEM (Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China) no campo cultural<sup>12</sup>.

A parceria estratégica entre Brasil e China foi fortalecida em 2006, por ocasião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

---

<sup>11</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh - Palácio da Alvorada, Brasília, DF, 12/09/20[?]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/145236462191-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cultura%20%C3%8Dndia%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>12</sup> Nota nº 315 de julho de 2005 (MRE): Visita ao Brasil do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, da República Popular da China - 19 a 25 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2005/06/20/visita-ao-brasil-do-chefe-do-executivo-da-regiao/?searchterm=cultura%20China%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

(COSBAN), realizada em Pequim, cujo objetivo declarado era o “desenvolvimento conjunto, o progresso social e impulsionar a cooperação ‘sul-sul’”<sup>13</sup>. A área cultural-educacional foi observada pela COSBAN, através da criação da Comissão Mista Cultural, como um desdobramento da Subcomissão Cultural (reunida anteriormente à COSBAN, junto com a Subcomissão Política e a Subcomissão Agrícola, o que demonstra o grau de importância da cultura nas relações sino-brasileiras). Nesse sentido, observa-se que esse nível de interação é um avanço realizado a partir do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a China, assinado em primeiro de novembro de 1985 e em vigor desde 8 de março de 1988, que orientou os Programas-Executivos do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre Brasil e China para os anos de 2001-2004 e para os anos de 2006 a 2008<sup>14</sup>.

Em termos objetivos, o que ficou acertado na COSBAN foi o compromisso em coordenar ações de incentivo à economia criativa, intensificar a cooperação nas áreas esportiva, de cinema e de televisão, promover a diversidade cultural através da cooperação cultural multilateral, na preservação das respectivas culturas nacionais e no aprofundamento da amizade e conhecimento mútuo. É no âmbito desse processo que foram abertos leitorados de língua portuguesa na China e houve a inauguração de Institutos Confúcio no Brasil, com a função de estreitar laços de cooperação em educação, cultura, imprensa, turismo e esporte<sup>15</sup>. Destarte, em maio de 2009 o processo foi adensado com a inauguração do Centro de Estudos Brasileiros em Pequim, momento no qual o presidente afirmou em discurso que o “mundo multipolar que emerge no século XXI vai nos encontrar atuando no centro do processo decisório global com uma perspectiva multilateral”, motivo pelo qual Brasil e China devem compreender que a “troca de experiências sobre nossas realidades representa fator de enriquecimento dessas duas grandes nações” e, sendo assim, o governo brasileiro objetivava “conhecer melhor a cultura milenar da China e gostaríamos que os chineses soubessem mais sobre a arte e a literatura

---

<sup>13</sup> Ata final da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/03/24/ata-final-da-primeira-sessao-da-comissao-sino/?searchterm=cultura%20China%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> Nota nº 224 de maio de 2009 (MRE): Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China - Pequim, 18 a 20 de maio de 2009 - Declaração Conjunta. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/05/19/372234916633-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a/?searchterm=cultura%20China%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

brasileira”<sup>16</sup>. Esse fator, por si só, demonstra a imbricação entre intercâmbio cultural e questões político-diplomáticas, conforme manejado pela política externa brasileira.

Firmou-se, nesse sentido, o Mês Cultural da China no Brasil, em 2010, e o contraparte Mês Cultural do Brasil na China, em 2011, conforme estabelecido pelo Programa Executivo de Cooperação Cultural relativo ao biênio 2010-2011<sup>17</sup>. O mesmo documento preconiza a troca de experiências e informações concernentes a políticas públicas em cultura, nas mais diversas esferas (patrimônio, difusão lingüística, música, dança, artes, literatura, teatro, cinema, etc.).

### 3.2 O MUNDO ÁRABE: CULTURA NA CÚPULA ASPA

A dimensão planetária, com ênfase nas relações sul-sul, da política externa do governo Lula, se fez presente na região ocupada pelos árabes, no arco que vai do Norte da África à Península Arábica. Conforme o próprio presidente Lula declarou à imprensa em 2005, o “Brasil abriu-se igualmente para o mundo árabe e o principal resultado desta abertura foi a Cúpula América do Sul-Países Árabes”<sup>18</sup>. Ao explicar essa dimensão da diplomacia brasileira, o ministro Amorim, desde o início de sua gestão à frente do Itamaraty já deixara claro que implementaria uma “política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional”<sup>19</sup>. A consequência dessa postura foi, ainda nas palavras de Amorim: “o fortalecimento do Mercosul [...] [a construção

---

<sup>16</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do Centro de Estudos Brasileiros - Pequim - China , 19/05/2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/969873719777-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cultura%20China%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>17</sup> Atos assinados por ocasião da visita do Presidente da República Popular da China, Hu Jintao - Brasília, 14 e 15 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-presidente/?searchterm=cultura%20China%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>18</sup> Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush. Granja do Torto, Brasília, 06/11/2005. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos). Acessado em: 19/05/2009.

<sup>19</sup> Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim por ocasião da Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 01/01/2003. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos). Acessado em: 19/05/2009.

da] Comunidade Sul-Americana de Nações [atual Unasul] e aconteceu a integração com a África, países árabes e outros países em desenvolvimento”<sup>20</sup>. A integração com os países árabes, como se pode perceber, se deu em âmbito inter-regional, tendo como plataforma a Unasul, sob iniciativa e liderança brasileira no processo, na chamada Cúpula ASPA. Logicamente que as relações culturais Brasil-países árabes se deram sob os auspícios da cúpula.

A Cúpula ASPA é um mecanismo de cooperação inter-regional, impulsionado pela existência de afinidades políticas e culturais, dado por iniciativa de Lula da Silva em 2003 (na primeira viagem presidencial que fez aos países árabes). A I Cúpula ASPA ocorreu em maio de 2005, em Brasília, e a II Cúpula ASPA se deu em março de 2009, em Doha<sup>21</sup>. Trata-se de uma iniciativa que conjuga países da Liga dos Estados Árabes (22) e os da Unasul (12).

A Cúpula ASPA possui cinco comitês setoriais, relativos às áreas econômica, cultural, científico-tecnológica, ambiental e social. As posições conjuntas, no que diz respeito à Política Internacional, se relacionam à reforma das organizações internacionais (ONU e CSNU), diálogo de civilizações (em oposição ao “choque de civilizações”), reforço do multilateralismo e defesa da paz no Oriente Médio. Uma iniciativa significativa no tocante ao intercâmbio cultural é o projeto BibliASPA (Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes), cujo objetivo é a tradução de livros e realização de palestras e eventos, aumentando o nível de conhecimento e entendimentos recíprocos.

A BibliASPA organiza cursos, conferências, congressos, mostras de cinema/arte e edita a Revista Fikr de Estudos Árabes, Africanos e Sul-Americanos<sup>22</sup>. A idéia de criação da BibliASPA foi discutida em meio às reuniões ministeriais da Cúpula ASPA. Em 2005 foi apresentada uma proposta/contribuição sulamericana ao assunto, a partir das proposições do Professor Paulo Daniel Farah (Faculdade de

---

<sup>20</sup> Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal do Brasil. Brasília, 24/10/2006. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos). Acessado em: 19/05/2009.

<sup>21</sup> Dados sobre a Cúpula ASPA disponíveis em: [http://www2.mre.gov.br/aspa/br\\_home.htm](http://www2.mre.gov.br/aspa/br_home.htm). Acesso em: 12 nov. 2010.

<sup>22</sup> Dados sobre a BibliASPA disponíveis em: <http://www.bibliaspa.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2011.

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)<sup>23</sup>. Conforme o projeto de estatuto da instituição, a BibliASPA possui uma sede permanente em Argel, capital da Argélia, e é dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa<sup>24</sup>.

A BibliASPA foi criada com o objetivo de promover, difundir e proteger o patrimônio material e imaterial das culturas árabe e sulamericana, além de apoiar intercâmbios acadêmicos, cuja estrutura abarca uma rede integrada de bibliotecas árabes-sulamericanas autônomas nacionais, regionais e locais com independência funcional editorial, de gestão, financeira e administrativa<sup>25</sup>. No Brasil, o Espaço BibliASPA está localizado no bairro de Santa Cecília, em São Paulo, sob coordenação do Professor Paulo Farah, já conta com traduções de importantes obras históricas, literárias e gramaticais publicadas, possui um Centro de Pesquisa (integrado a congêneres sulamericanos e árabes), possui diversificado acervo de consulta (CDs, DVDs, periódicos, livros, teses e mídias interativas), organiza exposições itinerantes e virtuais, promove festivais de cinema e fornece cursos de língua e cultura árabe<sup>26</sup>. Trata-se, portanto, de uma via institucional de organização de trocas culturais, vinculada a um projeto político mais amplo, materializado pela Cúpula ASPA.

### **3.3 POLÍTICA AFRICANA: DISCURSO CULTURALISTA E INICIATIVAS DIPLOMÁTICAS**

No âmbito das relações diplomáticas entre o Brasil e países africanos, é nítido o uso, tanto externo quanto interno, do capital cultural afro-brasileiro, historicamente constituído, para o firmamento de acordos de cooperação diversos e o estabelecimento de parcerias, tanto para o incremento de intercâmbios comerciais, culturais, educacionais, de saúde, etc., quanto para o fortalecimento dos países em

---

<sup>23</sup> Linhas estruturais para o Projeto de Criação da Biblioteca/Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/aspa/documentos.html>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>24</sup> Proyecto de Estatuto de La Biblioteca Arabe-Suramericana. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/aspa/documentos.html>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> Cf.: <http://www.bibliaspa.com.br>. Acesso em: 07 fev. 2011.

desenvolvimento nas negociações em órgãos multilaterais através de reivindicações unificadas.

Ao nível do discurso, a cultura é colocada como uma via de estreitamento de laços para o alcance de objetivos diversos. Além disso, ressalte-se a importância conferida ao multiculturalismo em relações internacionais como forma de defesa do patrimônio cultural e de combate à hegemonia cultural (MAPA, 2009), o que se desdobrou, a nível interno, na atuação do Ministério da Cultura no que diz respeito à política de valorização da cultura afro-brasileira, e na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 21 de março de 2003.

No momento de instalação da SEPPIR, Lula declarou que, devido a “razões históricas, e pela importância da população negra no Brasil, a Secretaria terá o seu foco principal nos problemas dessa etnia”, sendo “uma resposta positiva do Brasil às questões levantadas em 2001, pela Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância”<sup>27</sup> (a Declaração de Durban<sup>28</sup>). Na ocasião, Lula acrescentou: “Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente [...] Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial”<sup>29</sup>.

A defesa da cultura afro-brasileira e o combate ao preconceito racial é uma plataforma política histórica da base aliada do governo Lula. A existência, desde 1995, da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (Partido dos Trabalhadores), é um demonstrativo da articulação partidária em torno do movimento negro, onde o tema da diáspora africana é peculiar. Portanto, ações culturais internas de valorização da cultura afro-brasileira (obrigatoriedade do ensino

---

<sup>27</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação da SEPPIR. Palácio do Planalto, 21 de março de 2003. Disponível em: <http://www.pt.prg.br/portaltpt/secretarias/-combate-ao-racismo-14/regimento-interno-133/discurso-do-presidente-na-criacao-da-seppir-815.html>. Acesso em: 09 set. 2010.

<sup>28</sup> A Declaração de Durban, assinalada por Lula em seu discurso, propõem a constituição de uma “ordem social e internacional” na qual os efeitos danosos da globalização (“a pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a exclusão social, a homogeneização cultural”) sejam superados pelo “aprimoramento da cooperação internacional para promover a igualdade de oportunidades no mercado, o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável”, no qual a “Comunidade Internacional compromete-se a trabalhar para a integração benéfica ente os países em desenvolvimento na economia mundial e a combater a marginalização”. Cf. Declaração de Durban. Relatório da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 31 de agosto a 08 de setembro de 2001. Disponível em: [http://www.comitepaz.org.br/Durban\\_1.htm](http://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm). Acesso em: 09 set. 2010.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

da história e cultura africana nas escolas, as cotas raciais para o ingresso em universidades públicas, criminalização do preconceito racial, etc.), são acompanhadas de ações externas de aproximação ao continente africano, em resposta àqueles anseios domésticos. O próprio ministro Amorim declarou em 2006: “Em consonância com a ação governamental no plano interno, temos trabalhado para promover a igualdade racial também no âmbito internacional”<sup>30</sup>.

A política de defesa da cultura africana no Brasil, do MinC, é levada a cabo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), cuja atuação internacional tem procurado promover ações conjuntas ao Senegal, Benin, além de apresentar projetos à CPLP e buscar fomentar o intercâmbio afro-latino, através de iniciativas como o “Observatório Afro-Latino” e o I e II “Encontro Iberoamericano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas”<sup>31</sup>, que deram origem à “Declaração de Cartagena”<sup>32</sup> (agenda afro-descendente nas Américas). É importante, ainda, ressaltar a atuação do Departamento Cultural do Itamaraty na promoção de eventos artísticos e culturais em embaixadas e institutos culturais brasileiros espalhados ao redor do mundo<sup>33</sup>.

Atualmente, os Centros Culturais Brasileiros contam 06 (seis) unidades no continente africano.<sup>34</sup> Na África, os Centros Culturais localizam-se nas capitais dos países de língua oficial portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e da África do Sul. Os Palops (países de língua oficial portuguesa) são porta de entrada natural ao esforço de divulgação da cultura

---

<sup>30</sup> Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, intitulado "O Dia da Consciência Negra", publicado no jornal "A Tarde" - Salvador, BA , 20/11/2006. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/880090862424-artigo-do-ministro-de-estado-das-relacoes/?searchterm=cultura%20%C3%81frica%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>31</sup> Cf. site da FCP, disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 09 set. 2010.

<sup>32</sup> Declaración de Cartagena. Agenda Afrodescendiente em lãs Américas. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/temp/sites/000/2/download/noteia.pdf>. Acesso em: 09 set. 2010.

<sup>33</sup> Os Centros Culturais do Brasil (que são instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país), por exemplo, enquanto órgãos de promoção da cultura brasileira, são responsáveis pelo(a): ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; difusão da Literatura Brasileira; distribuição de material informativo sobre o Brasil; organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; difusão de nossa música; divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão cultural brasileira, como palestras, seminários, etc.

<sup>34</sup> Dados disponíveis no sítio do Departamento Cultural do Itamaraty: <http://www.dc.mre.gov.br/>. Acesso em: 19 mai. 2009.



brasileira por relações não apenas lingüísticas, mas histórico-culturais. Os Centros Culturais atuam pelo oferecimento de cursos e oficinas sobre língua e cultura brasileira (música, dança, literatura, etc.), sessões de divulgação do cinema brasileiro e disponibilizam ao público, diariamente, uma sala de Internet e uma biblioteca, com acesso gratuito, a exemplo do que ocorre no Centro Cultural Brasil Cabo Verde<sup>35</sup>.

No que concerne à África do Sul, deve-se ressaltar a relevância política do intercâmbio cultural, já que, pela percepção da diplomacia brasileira, desde o fim do *apartheid*, este país desponta como liderança na África Austral (cujo importante elo de ligação com o Brasil se dá pelo corredor Atlântico Sul, a Zopacas), motivo pelo qual vínculos tem sido estreitados desde o governo Cardoso e foram aprofundados no governo Lula, principalmente pela configuração do Foro IBAS (Índia-Brasil-África do Sul).

Concretizado pela “Declaração de Brasília”, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre os três países emergentes (democracias multiétnicas e multirraciais), determinados a construir uma nova arquitetura internacional. Seus pilares de sustentação são: 1. concertação política; 2. cooperação setorial; 3. O Fundo IBAS.<sup>36</sup> O IBAS se encaminha para o fortalecimento de posições conjuntas em temas debatidos em órgãos internacionais, ao mesmo tempo em que procura fomentar áreas de cooperação a fim de que o baixo grau de interdependência econômica não gere entraves. Não obstante, foi criado um mecanismo de aproximação intersocietária no âmbito do Fórum, denominado de IBAS-Cultural, iniciativa declaradamente “criada para aproximar os povos dos três países-membros por meio de suas manifestações artísticas e culturais”, cujo resultado concreto já se fez notar em 2007, em Salvador (BA), no I Festival de Música e Dança do IBAS, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, com apoio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Cf. <http://www.ccb.cv/site>. Acesso em: 07 fev. 2011.

<sup>36</sup> Dados sobre o Fórum IBAS disponíveis em: <http://forumibsa.org/interna.php?id=23>. Acesso em: 24 out. 2010.

<sup>37</sup> Nota 512 de outubro de 2007 (MRE): I Festival de Música e Dança do IBAS – Salvador, 24 a 27 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/10/24/i-festival-de-musica-e-danca-do-ibas-salvador-24-a/?searchterm=cultura%20%C3%81frica%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

O IBAS-Cultural, aliado ao Centro Cultural Brasileiro na África do Sul e ao leitorado brasileiro na Índia, demonstram a importância da cultura como instrumento diplomático para o fortalecimento de relações entre nações que postulam um ordenamento global multipolar, cujas proposições tem se institucionalizado através do IBAS. Para além disso, no caso específico do continente africano, a política externa de Lula demonstrou vocação para ampliar o raio de ação diplomática, não se restringindo à África do Sul e aos Palops.

A importância atribuída pela diplomacia de Lula à África se fez notória nos laços culturais existentes, já que, logo em novembro de 2003, na primeira viagem que realizou ao continente, inauguraram-se os Centros de Estudos Brasileiros (CEB) em Angola e Moçambique<sup>38</sup>. Além dos CEBs, há ainda a rede de Leitorados subsidiados pelo Departamento Cultural do Itamaraty, que atuam em universidades estrangeiras de prestígio, e reúne professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileira. Os leitorados brasileiros existentes na África atuam junto a universidades proeminentes de cidades como Acra (Ghana Institute of Languages), Bissau (Universidade Amílcar Cabral - Grupo Lusófona), Cotonou (Universidade Abomey-Calavi), Lagos (Universidade do Estado de Lagos; Universidade Obafemi Awolowo), Libreville (Universidade Omar Bongo), Maputo (Instituto Superior de Tecnologia de Moçambique), Nairobi (Kenyatta University) e São Tomé (Instituto Superior Politécnico)<sup>39</sup>.

A própria aproximação diplomática ao continente africano se dá a partir de um discurso culturalista, mas que guarda nítidas questões estratégicas de inserção internacional. Ao falar à União Africana, em 2009, o presidente Lula endossou esse aspecto ao afirmar: “Herdamos da África uma cultura que impregna nossa língua”, pontuando que a “prioridade para as relações com a África, decidida pelo meu governo, passou a ser política de Estado”, não pelo desejo de “expiar a culpa de um passado colonial”, mas sim porque o “Brasil deseja ser parceiro em projetos de desenvolvimento”, no sentido de “compartilhar experiências e lições, somar esforços

---

<sup>38</sup> Nota 515 de novembro de 2003 (MRE): Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique - Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/05/centros-de-estudos-brasileiros-em-angola-e/?searchterm=cultura%20%C3%81frica%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2001.

<sup>39</sup> Cf. <http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/leitorados>. Acesso em: 07 fev. 2011.

e unir capacidades”, pois essa seria a única forma de Brasil e África se tornarem “atores e não meras vítimas na transformação da atual ordem mundial”<sup>40</sup>.

#### 4. CONCLUSÃO

A ação internacional brasileira durante a gestão de Lula da Silva teve forte dimensão multilateral, cuja protagonismo junto a instituições e regimes internacionais eram regulados por uma diretriz anti-hegemônica e pró-multipolarização do sistema internacional. Esse conjunto de referências praxiológicas se aliaram à tradição universalista da política externa do Brasil e fizeram emergir uma forma de atuação globalista, pragmática e protagônica, que procurou privilegiar o âmbito das relações Sul-Sul.

Esse direcionamento dado à diplomacia do governo Lula logrou coalizões ao Sul de projeção e proeminência, como os foros IBAS, ASPA e ASA, além do G-20 (no arco das negociações comerciais na OMC). Esses espaços de diálogo multilateral ao Sul foram reforçados por iniciativas culturais institucionalizadas (a exemplo da BibliASPA, dos leitorados, dos programas de cooperação cultural e dos Centros Culturais Brasileiros, seja na Ásia, na África ou no mundo árabe), que serviram como mecanismos diplomáticos para normatizar e aprofundar vínculos diplomáticos e estratégicos importantes ao interesse nacional. Ao mesmo tempo, a atuação cultural e diplomática brasileira no período sempre foi acompanhada do discurso de defesa da diversidade cultural, que pretende estabelecer o multiculturalismo como norma nas relações internacionais.

#### 5. BIBLIOGRAFIA:

AMORIM, C. L. N. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”, **Diplomacia, Estratégia, Política**. Brasília: ano I, nº 1, p. 41-48, out-dez 2004.

BULL, R. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Editora UnB, 2002.

---

<sup>40</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 13ª Assembléia da União Africana - Sirte-Líbia, 01/07/2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/202709479479-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio/?searchterm=cultura%20C3%81frica%20Brasil>. Acesso em: 07 fev. 2011.

GIL, G. “Cultura, diversidade e acesso”. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Out./dez. 2007.

GOFFREDO JUNIOR, G. S. de. **Entre Poder e Direito**: a tradição grotiana na política externa brasileira. Brasília: Funag, 2005.

GOHN, C. “O Leitorado em Nova Delhi e o ensino de Português Língua Estrangeira na perspectiva da diplomacia cultural”. **Boletim do Neásia**, nº 51, out. 2006.

Disponível em:

[http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_carlos\\_gohn041006.pdf](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_carlos_gohn041006.pdf). Acesso em: 07 fev. 2011.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Quinhentos Anos de Periferia**: uma contribuição ao estudo de política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/Contraponto, 1999.

MAPA, D. de M. “Diplomacia e Cultura no governo Lula (2003-2006)”. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VIII, ano 4, nº 2, p. 45-54, dez. 2009.

Disponível em:

<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-08-04.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2011.

POMAR, V. “A política externa do Brasil”. Disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias/-relacoes-internacionais-13/artigos-129/a-politica-externa-do-brasil--parte-i-1480.html>. Acesso em: 09 set. 2010.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia Cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1989.

VIGEVANI, T. e CEPALUNI, G. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. **Contexto Internacional**, vol. 29, n. 02. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rio, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>. Acessado em: 27 mar. 2009.